

II SEMINÁRIO ESTADUAL PIBID DO PARANÁ

Anais do Evento



Foz do Iguaçu | 23 e 24 | Outubro 2014

ISSN: 2316-8285



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

DIVERSIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS ESCOLAS

Emelle Ribeiro de Souza¹

Francielle Camargo²

Isabella Enedir Micoski³

Marcela Aparecida de Souza⁴

Resumo: Este relato tem por objetivo registrar o trabalho desenvolvido por intermédio do Programa Instituição de Bolsa de Iniciação à docência—PIBID, no Colégio Estadual Alfredo Parodi, bem como o seu processo de construção, sua aplicabilidade e aceitabilidade durante seu desenvolvimento, as atividades que foram realizadas, seguem por meio de textos literários como poemas/cantigas trovadorescas, vídeos, músicas, atividades de interpretação textual e histórico-literária, uma de suas finalidades é evidenciar que esse trabalho é possível e que dá resultados, a discussão sobre a diversidade e as relações étnico-raciais presentes no cotidiano escolar, e o qual papel a ser desempenhado pelo professor, objetivando também em qual deve ser papel a ser desempenhado pelo estudante, como produto final de nosso projeto, os alunos se reuniram em grupos, após a reflexão sobre o que foi desenvolvido e quais percepções eles tinham sobre a temática e por fim produziram um varal cultural, expondo nele aquilo em que acreditavam, sem mais segregações.

Palavras-chave: Diversidade étnico-racial. Educação. Professores. Preconceito.

Introdução:

O trabalho a seguir busca evidenciar a diversidade como um fator presente em sala de aula e que a variedade de diferenças culturais de um povo dentre as quais podem ser classificadas em diversidade social, religiosa, histórica, biológica, linguística, étnica, política, entre outras, recordando que esses fatores não deixam de grandes influenciadores em sala de aula. A riqueza presente nesta pluralidade que compõe um povo é evidenciada em uma visão contrária de que essa riqueza só é manifestada por meio da desigualdade e, principalmente, pelo preconceito no que tange à homogeneidade étnico-racial.

Partimos então da afirmativa de que: no Brasil a manifestação de preconceito étnico-racial deve-se fundamentalmente à escravidão ocorrida entre o séc. XIV e o séc. XIX, e embora se considere que a abolição foi realizada há dois séculos, constatamos que atualmente ainda existem desigualdades provindas da exploração dos afrodescendentes, e ainda encontramos essa desigualdade dentro das escolas, o desenvolvimento do projeto surge a partir dessa indignação, como um meio de revogar essa desigualdade entre os estudantes.

¹ Acadêmica do Curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (emelle13@hotmail.com)

² Acadêmica do Curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (fcamargo.letas@gmail.com)

³ Acadêmica do Curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (isabella.micoski@gmail.com)

⁴ Acadêmica do Curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (marcela_ap_souza@hotmail.com)

A par de que a diversidade e as relações étnico-raciais devem ser temas discutidos constantemente dentro de sala de aula, devido à importância que ambos têm na constituição de uma sociedade mais igualitária, a qual tem como identidade a multiplicidade cultural, utilizamos esses temas para subsidiar o eixo teórico que norteou o Projeto de Programa Instituição de Bolsa de Iniciação à docência–PIBID, desenvolvido na disciplina Língua Portuguesa.

Acreditamos que todo estudante, que está no momento de formação não somente escolar, sobretudo na formação como cidadão, tenha conhecimento de seus direitos e deveres diante da sociedade em que vivem, por este motivo optamos pelo tema “Direitos Humanos”. Lima (2014) apresenta a relação entre Direitos Humanos e Educação:

Para efeito de construção de uma educação canalizada para os Direitos Humanos e a cidadania democrática, devem todos os protagonistas da educação, segundo orientação da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos – RBEDH [3], atuarem em três ‘dimensões’, a saber: a) dimensão intelectual e a informação. Para formar o cidadão é preciso começar por informá-lo e introduzi-lo às diferentes áreas do conhecimento, pois a falta ou insuficiência de informações reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação; b) dimensão ética. Vinculada a uma didática dos valores republicanos e democráticos, que não se aprendem intelectualmente apenas, mas especialmente através da consciência ética; formada tanto por sentimentos quanto pela razão; fruto da conquista de corações e mentes e, c) dimensão política. (Lima, 2014)

873

Como auxiliar o educando no desenvolvimento de sua criticidade perante a sociedade em que vive?

Partindo do pressuposto de que o conhecimento e a educação têm como principal vetor a preocupação ética e econômica, cujos valores são utilizados para a emancipação dos sujeitos (estudantes), visto que o conhecimento não é usado como ferramenta para a manutenção do capitalismo, mas, sim, para um conhecimento de vida, tanto dos indivíduos quanto das comunidades. Sendo assim, o conhecimento não se subordina à produção, e ele passa a ter um compromisso com o outro e com a ética. Referindo-se a essas questões, Volpe (2001, p. 46) evidencia:

O conhecimento dominado pela totalização e, por isso egoísta, é um conhecimento excludente. Gera, sem dúvida, o aumento de eficiência, competência e desempenho, mas a guerra, manifestada ou velada, pois visa através da concorrência a eliminação do outro. Não pode haver paz em uma sociedade que transforma o conhecimento em uma arma, capaz de tirar muitos do combate, ferir outros e eliminar impiedosamente minorias. (Volpe, 2001, p. 46).

Com base nesse conceito, damos início ao nosso projeto visando uma escola que dê espaço para que os alunos participem ativamente da sociedade, reflitam e questionem sobre ela, dentre o qual o conhecimento é usado como instrumento de convivência humana e preocupação com o outro e com o meio em que vivem.

Focando que o estudante deverá ter uma perspectiva de valorização do outro, surge uma preocupação em trabalhar as individualidades dos alunos e as diferenças existentes, principalmente o respeito a essas individualidades e diferenças, de modo a desconstruir o conceito do uso do conhecimento como forma de manipulação e controle, como nos ensina a sociedade capitalista, na qual o que importa é o poder econômico do indivíduo, e o outro é visto como escada ou empecilho. Volpe (2001, p. 68), ao tratar do conceito do outro, assinala que “o outro é aquele que não sou eu, aquele que solicita minha saudação, minha consideração, meu respeito.”, ou seja, o outro é o aluno que se apresenta como indivíduo singular e que deve e precisa ser respeitado na sua individualidade.

Discutem-se aqui as questões de diferenças e desigualdades presentes no âmbito escolar, que é produzido quando não valorizamos a singularidade do aluno. Portanto, percebe-se a necessidade de tratar as diferenças com menos desigualdades.

874

As relações de desigualdades sociais, culturais e políticas passam também pelo ambiente escolar, por isso desenvolvemos o projeto com o intuito de mobilização em torno do tema, e que desse modo se envolvam os alunos, os professores e toda a comunidade em torno do assunto, promovendo assim a transformação. Para isso, é importante que os agentes educacionais não se reduzam ao seu mundo, mas que, acima de tudo, estejam abertos para as coisas do mundo.

A escola precisa reconhecer que existem problemas raciais dentro dela, portanto, devem ser acrescentadas em seu currículo as relações étnico-raciais, assim como a formação dos educadores para essa prática de inclusão das minorias. Por isso, a inclusão de projetos que reconfiguram práticas das vivências humanas, que são voltados para as diversidades, neste caso, diversidade racial e étnica, são essenciais para a desconstrução de ideologias e das políticas sociais dominadoras e opressoras.

Pensar no currículo escolar, como meio de transformação contra as injustiças praticadas na escola, é também pensar nos alunos e incluir questões como identidade, diferenças entre as classes sociais, entre as questões de gênero, etnia, entre outras. Com base nisso “os padrões de qualidade da educação e ainda a qualidade social só se dará de forma

coletiva privando elementos da diversidade e da pluralidade, respeitando os sujeitos, o tempo escolar e os contextos socioculturais” (RAMÃO, 2013, p. 92).

Conclusão:

Com base nessa perspectiva, abordamos em sala de aula vários temas relevantes e atuais: a figura da mulher do século passado e a sua evolução, evidenciando a desvalorização, o preconceito e a violência que sofrem; a origem da escravidão no Brasil e seus resquícios até o séc. XXI; As tribos indígenas brasileiras e a significativa diminuição de índios após a chegada dos portugueses no Brasil; a questão das bolsas e cotas para afrodescendentes em universidades do país; a concepção do que é ser cidadão e suas responsabilidades e direitos sociais, temas esses que foram atrelados aos Direitos Humanos, o qual também teve definição e discussão durante as aulas.

O trabalho em sala de aula foi realizado por meio de textos literários como poemas/cantigas trovadorescas, vídeos, músicas, atividades de interpretação textual e histórico-literária. O projeto final foi a confecção de um varal cultural, produzido por grupos previamente organizados. A produção foi da seguinte maneira: após as aulas de discussão e atividades, os alunos reuniram-se em grupos e formularam uma frase de impacto a qual poderia ser sobre qualquer tipo de preconceito que havíamos abordado em sala de aula; concluído o processo de produção, correção e reescrita das frases, os estudantes procuraram em revistas, imagens que fossem relacionadas às frases produzidas, que foram colocadas em uma cartolina, formando cartazes; por fim, os cartazes foram reunidos em um barbante, o que resultou no Varal. O trabalho foi exposto no saguão da Escola.

Considerando que o objetivo do projeto foi proporcionar ao educando um contato com o mundo literário de uma maneira prazerosa, lúdica, empolgante a fim de que pudessem desenvolver competências de interpretação, aprimorar as habilidades de escrita e leitura, bem como conhecer de forma mais aprofundada os “Direitos Humanos”, o qual é tão mencionado nas mídias, porém pouco abordado no âmbito escolar, desenvolvendo no educando muito mais que conhecimento teórico, e sim vivências, como conhecer o outro, se colocar no lugar do outro, fazendo-os descobrir o significado de alteridade, acreditamos que o nosso objetivo foi alcançado, pois os educandos têm trabalhado de forma melhor dentro de sala de aula e há uma maior cumplicidade presente entre eles, o que não havia antes das leituras e reflexões.

REFERÊNCIAS

LIMA, Inácio Antônio Gomes de. Educação em direitos humanos na escola pública: uma abordagem teórica e das práticas pedagógicas vivenciadas a partir de um estudo de caso. Jus Navigandi. Teresina, ano 19, n. 3923, 29 mar. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/27225>>. Acesso em: 29 ago.2014.

RAMÃO V. J. **Políticas de currículo: currículo intercultural como texto étnico-racial na educação básica com qualidade social**. Tese de mestrado defendida na PUCPR. Curitiba, 2013.

SANTOS, L. L. de C. P. Formação de professores e saberes docente. In: NETO SHIGUNOV, A.; MACIEL L. S. B. (Org.) **Reflexões sobre a formação de professores**. Campinas: Papyrus, 2002.

VOLPE N. V. **A educação como compromisso ético. Reflexões a partir de Emmanuel Levinas**. Tese de mestrado defendida na PUCPR. Curitiba, 2001.